

Educação sexual no ensino fundamental: ações de saúde como forma educadora e caminho para o diálogo

Sexual education in elementary school: health actions as an educational tool and a pathway for dialogue

educación sexual en la educación fundamental: acciones de salud como herramienta educativa y camino para el diálogo

Mateus Henrique Dias Guimarães¹ , Diógenes José Gusmão Coutinho² 

¹ Christian Business School, Orlando, Flórida, Estados Unidos.

Autor correspondente:

Mateus Henrique Dias Guimarães

E-mail: mateusdiasgui@gmail.com

Como citar: Guimarães, M. H. D., & Coutinho, D. J. G. (2025). Educação sexual no ensino fundamental: ações de saúde como forma educadora e caminho para o diálogo. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 18(37), e23293.

<http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v18i37.23293>

RESUMO

Saúde na escola é um conjunto de ações voltadas à promoção da saúde, prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida da comunidade escolar, integrando o ambiente escolar ao sistema de saúde. No Brasil, essa abordagem é formalizada pelo Programa Saúde na Escola (PSE), que une os Ministérios da Saúde e da Educação para levar serviços e ações educativas às escolas públicas, incluindo vacinação, saúde bucal e ocular, alimentação saudável e saúde mental. A saúde sexual, entendida pela OMS como bem-estar físico, emocional, mental e social relacionado à sexualidade, é uma parte essencial desse processo, abrangendo direitos, autonomia, educação sexual de qualidade, prevenção de infecções e respeito à diversidade. No Ensino Fundamental, a educação sexual visa oferecer informações seguras sobre o corpo, sexualidade, prevenção de ISTs e gravidez precoce, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As práticas escolares, como palestras e campanhas, ainda enfrentam desafios como tabus culturais, falta de formação docente e resistência familiar. Este estudo, por meio de revisão narrativa da literatura entre 2015 e 2025, analisa como as ações do PSE contribuem para a educação sexual no Ensino Fundamental, com foco na integração entre saúde, escola, estudantes e comunidade. As discussões indicam que, apesar dos avanços do PSE, a educação sexual nas escolas necessita de continuidade, capacitação profissional e participação comunitária para superar limitações e resistências. Conclui-se que a articulação entre saúde e educação, com políticas públicas consistentes, é fundamental para uma formação integral, respeitosa e emancipadora dos estudantes em relação à sexualidade.

Palavras-chave: Adolescentes. Atividades Educativas. Educação Sexual. Ensino Fundamental.

ABSTRACT

School health encompasses a set of actions aimed at promoting health, preventing diseases, and improving the quality of life within the school community by integrating the school environment with the health system. In Brazil, this approach is formalized through the School Health Program (Programa Saúde na Escola - PSE), which brings together the Ministries of Health and Education to provide services and educational activities in public schools, including vaccination, oral and eye health, healthy eating, and mental health. Sexual health, defined by the World Health Organization (WHO) as physical, emotional, mental, and social well-being related to sexuality, is an essential part of this process, encompassing rights, autonomy, quality sexual education, prevention of infections, and respect for diversity. At the Elementary School level, sexual education aims to provide safe information about the body, sexuality, prevention of sexually transmitted infections (STIs), and early pregnancy, in accordance with the National Common Curricular Base (BNCC). School practices such as lectures and campaigns still face challenges including cultural taboos, lack of teacher training, and family resistance. This study, through a narrative literature review from 2015 to 2025, analyzes how PSE actions contribute to sexual education in Elementary School, focusing on the integration between health, school, students, and community. Discussions indicate that despite advances by the PSE, sexual education in schools requires continuity, professional training, and community participation to overcome limitations and resistance. It concludes that the articulation between health and education, supported by consistent public policies, is fundamental for a comprehensive, respectful, and emancipatory education of students regarding sexuality.

Keywords: Adolescents. Educational Activities. Sexual Education. Elementary School.

RESUMEN

La salud escolar comprende un conjunto de acciones dirigidas a la promoción de la salud, prevención de enfermedades y mejora de la calidad de vida de la comunidad escolar, integrando el ambiente escolar con el sistema de salud. En Brasil, este enfoque está formalizado a través del Programa Salud en la Escuela (Programa Saúde na Escola - PSE), que une a los Ministerios de Salud y Educación para llevar servicios y acciones educativas a las escuelas públicas, incluyendo vacunación, salud bucal y ocular, alimentación saludable y salud mental. La salud sexual, definida por la Organización Mundial de la Salud (OMS) como el bienestar físico, emocional, mental y social relacionado con la sexualidad, es una parte esencial de este proceso, abarcando derechos, autonomía, educación sexual de calidad, prevención de infecciones y respeto a la diversidad. En la Educación Fundamental, la educación sexual tiene como objetivo ofrecer información segura sobre el cuerpo, la sexualidad, la prevención de infecciones de transmisión sexual (ITS) y el embarazo precoz, conforme a la Base Nacional Común Curricular (BNCC). Las prácticas escolares, como charlas y campañas, aún enfrentan desafíos como tabúes culturales, falta de formación docente y resistencia familiar. Este estudio, mediante una revisión narrativa de la literatura entre 2015 y 2025, analiza cómo las acciones del PSE contribuyen a la educación sexual en la Educación Fundamental, con foco en la integración entre salud, escuela, estudiantes y comunidad. Las discusiones indican que, a pesar de los avances del PSE, la educación sexual en las escuelas requiere continuidad, capacitación profesional y participación comunitaria para superar limitaciones y resistencias. Se concluye que la articulación entre salud y educación, con políticas públicas consistentes, es fundamental para una formación integral, respetuosa y emancipadora de los estudiantes en relación con la sexualidad.

Palabras clave: Adolescentes. Actividades Educativas. Educación Sexual. Educación Fundamental.

INTRODUÇÃO

Saúde na escola é um conjunto de ações e estratégias voltadas à promoção da saúde, prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida de estudantes, professores e demais membros da comunidade escolar. Essas ações visam integrar o ambiente escolar ao sistema de

saúde, criando um espaço que favoreça o desenvolvimento físico, emocional, social e intelectual dos alunos (Batista *et al.*, 2021).

No Brasil, essa abordagem é formalizada principalmente por meio do Programa Saúde na Escola (PSE), uma política intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação. O objetivo é levar serviços de saúde e ações educativas às escolas públicas, como vacinação, avaliação de saúde bucal e ocular, incentivo à alimentação saudável, práticas corporais e promoção da saúde mental (Da Silva *et al.*, 2024; Dos Santos Filho *et al.*, 2025).

Saúde sexual é um estado de bem-estar físico, emocional, mental e social relacionado à sexualidade. Não se trata apenas da ausência de doenças ou disfunções, mas da vivência plena e segura da sexualidade, com respeito aos direitos sexuais de todas as pessoas (DIAS *et al.*, 2018).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde sexual como a condição em que indivíduos podem ter experiências sexuais prazerosas e seguras, livres de coerção, discriminação e violência. Isso inclui: autonomia sobre o próprio corpo; direito à informação e educação sexual de qualidade, acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva; prevenção e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs); respeito à diversidade sexual e de gênero (Furlanetto *et al.*, 2018).

Promover a saúde sexual envolve não só o cuidado médico, mas também a educação, o diálogo e o respeito pelos direitos humanos, contribuindo para relações mais saudáveis e igualitárias (Batista *et al.*, 2021).

Atualmente, a saúde sexual nas escolas é abordada principalmente por meio da educação sexual, que visa oferecer informações adequadas e seguras sobre o corpo, a sexualidade, a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e a gravidez na adolescência, abusos e outros. Essa abordagem é incentivada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reconhece a importância da formação integral dos estudantes, incluindo aspectos físicos, emocionais e sociais relacionados à sexualidade (Gonçalves; Ferreira; Rossi, 2023; JESUS *et al.*, 2025).

Nas práticas escolares, é comum a realização de palestras, campanhas informativas, ações de prevenção com apoio da área da saúde e, em algumas redes de ensino, até mesmo a distribuição de preservativos. Além da parte informativa, há um esforço crescente para tratar a sexualidade com foco em valores como o respeito ao próprio corpo e ao corpo do outro, o combate à violência sexual, o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero, e a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos. No entanto, a abordagem da saúde sexual ainda enfrenta muitos desafios (Guimarães, 2025).

Tabus culturais, falta de formação específica para professores, resistência de famílias e comunidades e a ausência de políticas públicas contínuas muitas vezes dificultam uma educação sexual efetiva e transformadora. Apesar disso, o tema vem ganhando mais espaço e sendo reconhecido como essencial para o desenvolvimento saudável, consciente e responsável dos adolescentes (DIAS *et al.*, 2018).

A adolescência é um período marcado por intensas transformações físicas, emocionais e sociais, e o Ensino Fundamental, sobretudo nos anos finais, é o momento em que muitos estudantes iniciam o contato com temas ligados à sexualidade. Diante disso, a escola se apresenta como um espaço estratégico para promover o acesso a informações confiáveis, construir valores de respeito, combater preconceitos e prevenir situações de risco (Miranda; Campos, 2022).

No entanto, a abordagem da educação sexual nas escolas ainda enfrenta resistência de setores da sociedade, além da carência de formação adequada dos professores e da falta de políticas públicas contínuas. Neste contexto, as ações de saúde realizadas no ambiente escolar, principalmente as previstas pelo Programa Saúde na Escola (PSE), representam uma oportunidade concreta de inserir o tema de forma transversal, dialogada e humanizada. Justifica-se, portanto, a importância deste estudo para evidenciar como essas ações podem ser aprimoradas e valorizadas

como caminhos legítimos de educação e diálogo sobre sexualidade no Ensino Fundamental (Miranda; Campos, 2022).

O objetivo deste estudo é analisar de que forma as ações de saúde desenvolvidas nas escolas públicas, especialmente por meio do Programa Saúde na Escola (PSE), contribuem para a abordagem da educação sexual no Ensino Fundamental. Busca-se compreender como essas ações funcionam como ferramentas educativas e como podem abrir espaço para o diálogo entre escola, estudantes, famílias e comunidade, promovendo uma formação integral, consciente e respeitosa em relação à sexualidade.

METODOLOGIA

O presente estudo trata de uma revisão de literatura do tipo narrativa. A escolha metodológica justifica-se pela intenção de compreender como as ações institucionais no campo da saúde contribuem para a abordagem da sexualidade na escola, especialmente por meio do Programa Saúde na Escola (PSE).

Foram utilizados os seguintes descritores combinados com operadores booleanos: “educação sexual”, “ensino fundamental”, “Programa Saúde na Escola”, “saúde sexual na escola”, “políticas públicas em saúde escolar” e “sexualidade na infância e adolescência”. O período de busca abrangeu publicações entre os anos de 2015 a 2025, a fim de contemplar tanto a criação quanto a consolidação das políticas intersetoriais voltadas à promoção da saúde sexual nas escolas. Os trabalhos foram buscados nas bases como SciELO e Google Acadêmico, publicados entre os anos citados, que abordam temas como educação sexual, saúde escolar e políticas intersetoriais.

A análise foi orientada por categorias temáticas previamente definidas, como: (1) ações de saúde no ambiente escolar, (2) práticas de educação sexual no Ensino Fundamental e (3) diálogo entre escola, saúde e comunidade. A interpretação dos dados seguiu uma perspectiva crítica, buscando evidenciar os sentidos atribuídos à sexualidade no contexto escolar e os desafios enfrentados para a construção de um espaço educativo dialógico e emancipador.

Critérios de Inclusão

Foram incluídos na pesquisa publicações que atendiam aos seguintes critérios: estarem publicados entre os anos de 2015 e 2025; abordarem diretamente a temática da educação sexual no contexto do Ensino Fundamental; tratarem de ações de saúde escolar relacionadas ao Programa Saúde na Escola (PSE) ou a outras políticas públicas intersetoriais brasileiras; apresentarem relevância para o cenário brasileiro ou contextos educacionais semelhantes; estarem disponíveis em português e acessíveis em bases de dados como SciELO, Google Acadêmico.

Critérios de exclusão

Foram excluídos estudos e documentos que: abordassem exclusivamente a educação sexual em níveis educacionais diferentes do Ensino Fundamental, como educação infantil ou ensino médio e superior; enfocassem contextos estrangeiros sem relação ou aplicabilidade ao sistema educacional brasileiro; apresentassem conteúdos voltados exclusivamente para a saúde sexual de adultos ou grupos específicos não relacionados à população escolar; textos sem rigor científico, como artigos de opinião ou notícias jornalísticas; e publicações que não estivessem disponíveis em língua portuguesa ou não pudessem ser acessadas integralmente.

A análise dos dados foi realizada por meio da leitura criteriosa e sistemática dos documentos e publicações selecionados, buscando identificar informações relevantes relacionadas às categorias temáticas definidas previamente: ações de saúde no ambiente escolar, práticas de educação sexual no Ensino Fundamental e diálogo entre escola, saúde e comunidade.

DISCUSSÃO

A integração entre os setores de saúde e educação representa um avanço significativo para a promoção da saúde sexual no Ensino Fundamental, especialmente por meio do Programa Saúde na Escola (PSE). Essa articulação intersetorial permite que a escola deixe de ser apenas um espaço de transmissão de informações isoladas e passe a ser um ambiente de cuidado integral, onde as dimensões física, emocional, social e intelectual dos estudantes são consideradas. O PSE, ao unir esforços dos Ministérios da Saúde e da Educação, cria condições para que ações de saúde sejam incorporadas ao cotidiano escolar de forma sistemática e planejada, ampliando o alcance das intervenções e a efetividade das estratégias educativas (Sfair; Bittar; Lopes, 2015).

As práticas educativas na escola relacionadas à educação sexual geralmente incluem palestras, rodas de conversa, oficinas temáticas, campanhas informativas, distribuição de materiais educativos (como cartilhas e folhetos), ações de prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) além da entrega de preservativos em algumas redes escolares. Também são comuns atividades interativas, como teatros, dinâmicas de grupo e uso de recursos audiovisuais para facilitar a compreensão dos alunos (Sfair; Bittar; Lopes, 2015).

Essas práticas são amplamente adotadas porque são relativamente simples de implementar, permitem o acesso a informações essenciais e podem ser organizadas em parceria com profissionais de saúde, como enfermeiros e agentes comunitários do Programa Saúde na Escola (PSE). Além disso, são estratégias que podem atingir grupos grandes de estudantes ao mesmo tempo e oferecer dados básicos sobre prevenção e cuidado (Rios *et al.*, 2023).

Por que essas práticas são frequentemente falhas ou limitadas?

Apesar de serem muito utilizadas, essas práticas enfrentam diversas limitações que comprometem seu potencial transformador. Primeiro, muitas vezes elas são pontuais, realizadas de forma isolada e sem continuidade, o que dificulta a fixação dos conteúdos e o desenvolvimento de um processo educativo efetivo e progressivo. A educação sexual não pode ser encarada como uma ação esporádica, mas sim como um componente transversal do currículo e da vida escolar (Roriz *et al.*, 2025).

O enfoque excessivo em conteúdos informativos e preventivos especialmente sobre doenças pode reduzir a educação sexual a um discurso médico e de controle, deixando de lado aspectos fundamentais como os direitos, a afetividade, a diversidade sexual e o respeito às identidades. Isso limita a abordagem a uma perspectiva restrita, que não contempla as necessidades emocionais e sociais dos estudantes (Patrocínio *et al.*, 2023).

Outro fator importante é a falta de formação específica e continuada para os professores, que muitas vezes se sentem despreparados para lidar com o tema de forma sensível, crítica e dialogada. Essa carência pode levar a abordagens superficiais, autoritárias ou até mesmo a evitar o assunto, perpetuando o silêncio e os tabus (Patrocínio *et al.*, 2023).

As resistências culturais e familiares também interferem na efetividade das práticas educativas, pois geram conflitos e desmotivação, fazendo com que as escolas hesitem em promover ações mais aprofundadas e abrangentes (Vieira; Matsukura; Vieira, 2017).

Ao promover atividades que envolvem desde o acesso a serviços básicos de saúde, como vacinação e avaliação, até a discussão aberta e orientada sobre sexualidade, o programa contribui para que os alunos vivenciem o processo de aprendizagem em um contexto de acolhimento e respeito às suas necessidades e especificidades (Patrocínio *et al.*, 2023).

Essa abordagem integral é fundamental para o desenvolvimento pleno dos estudantes, que passam a ser reconhecidos em sua totalidade e complexidade, o que inclui a construção de sua sexualidade de forma saudável, consciente e segura. Além disso, o PSE favorece o diálogo entre profissionais de saúde, educadores, famílias e comunidade, fortalecendo uma rede de apoio que potencializa as ações de promoção da saúde sexual (Rios *et al.*, 2023).

Assim, o Programa Saúde na Escola transcende o modelo tradicional e abre espaço para uma abordagem mais humanizada e educativa, que valoriza o respeito, a autonomia e os direitos dos estudantes, promovendo uma formação integral que prepara os jovens para tomar decisões responsáveis e conscientes sobre sua sexualidade. Dessa forma, a integração entre saúde e educação por meio do PSE configura-se como uma estratégia inovadora e indispensável para a construção de ambientes escolares mais saudáveis, inclusivos e transformadores (Rios *et al.*, 2023).

A educação sexual no Ensino Fundamental deve ser entendida como um processo formativo e emancipador, que vai muito além da simples prevenção. Seu papel é fundamental na construção de valores que promovem o respeito à diversidade sexual e de gênero, contribuindo para a formação de indivíduos mais conscientes, críticos e empáticos. Ao abordar a sexualidade sob uma perspectiva ampla e inclusiva, a educação sexual favorece o combate ao preconceito, à discriminação e à violência, criando um ambiente escolar mais acolhedor e seguro para todos os estudantes (Miranda; Campos, 2022).

Nesse sentido, a educação sexual assume um caráter humanizador ao estimular o diálogo aberto, honesto e respeitoso, que possibilita aos jovens refletir sobre seus próprios corpos, sentimentos e relações. Essa abertura para o diálogo é essencial para o empoderamento dos estudantes, que passam a reconhecer seus direitos e a desenvolver autonomia para tomar decisões informadas sobre sua sexualidade. Além disso, a construção desse espaço de fala e escuta promove o fortalecimento da autoestima e a prevenção de situações de vulnerabilidade, como abusos e violências sexuais (Cord *et al.*, 2015).

Portanto, a educação sexual emancipa ao proporcionar conhecimento, valores e habilidades sociais, incentivando a formação de cidadãos que respeitam a diversidade e atuam ativamente contra as desigualdades e injustiças relacionadas à sexualidade. Essa abordagem formativa contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a construção de uma cultura escolar baseada no respeito mútuo, na equidade e nos direitos humanos (Furlanetto *et al.*, 2018).

O papel dos professores e profissionais de saúde nas escolas é fundamental para garantir que a abordagem da saúde sexual no Ensino Fundamental seja consistente, respeitosa e cientificamente embasada. Esses agentes atuam como mediadores do conhecimento e facilitadores do diálogo, sendo responsáveis por criar um ambiente seguro e acolhedor onde os estudantes possam expressar dúvidas, refletir sobre seus sentimentos e construir uma compreensão saudável da sexualidade (Vieira; Matsukura; Vieira, 2017).

Para desempenhar essa função de forma eficaz, é imprescindível que recebam capacitação contínua, que contemple não apenas os aspectos técnicos e científicos da sexualidade, mas também habilidades pedagógicas e comunicativas para lidar com temas sensíveis e diversas realidades culturais. Além da formação específica, os profissionais precisam de apoio institucional e recursos adequados, garantindo que as ações de educação sexual estejam integradas à rotina escolar e alinhadas às diretrizes curriculares e políticas públicas, como o Programa Saúde na Escola (PSE) (Sfair; Bittar; Lopes, 2015).

A capacitação deve também abordar a promoção da diversidade sexual e de gênero, o combate ao preconceito e a violência, de modo a preparar esses agentes para enfrentar os desafios e resistências que muitas vezes surgem no contexto escolar. A atuação interdisciplinar entre professores, profissionais de saúde, psicólogos e assistentes sociais é igualmente crucial, pois permite uma abordagem mais completa e integrada das questões relacionadas à sexualidade (Vieira; Matsukura; Vieira, 2017).

Essa colaboração favorece a articulação de saberes, a troca de experiências e a construção coletiva de estratégias educativas que considerem as múltiplas dimensões da saúde e do desenvolvimento dos estudantes. Dessa forma, o trabalho conjunto desses profissionais potencializa o impacto das ações de saúde e educação sexual, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo, seguro e formativo (Rios *et al.*, 2023).

O envolvimento da comunidade escolar e das famílias é essencial para o fortalecimento das ações de educação sexual no Ensino Fundamental, pois amplia o alcance e a efetividade das iniciativas desenvolvidas na escola. O diálogo aberto e respeitoso com as famílias contribui para quebrar resistências, dissipar mitos e preconceitos que muitas vezes cercam a abordagem da sexualidade, criando um ambiente de confiança, cooperação e inclusão (Guimarães, Teles, Menezes, 2024).

Quando a escola consegue articular a participação ativa dos responsáveis e da comunidade, forma-se uma rede de apoio que favorece o desenvolvimento integral dos estudantes, assegurando que as mensagens e valores promovidos em sala de aula sejam reforçados no convívio familiar e social (Guimarães *et al.*, 2025).

A escola, nesse contexto, assume o papel de espaço privilegiado para promover essa articulação, funcionando como um elo entre a saúde, a educação e a comunidade. Por meio de reuniões, oficinas, palestras e outras atividades que envolvam pais, responsáveis e moradores locais, é possível construir um projeto educativo coletivo, que respeite as diversidades e atenda às necessidades específicas da comunidade escolar (Batista *et al.*, 2021).

Esse processo fortalece a legitimidade das ações de saúde e educação sexual, facilita a construção de uma cultura de respeito e prevenção, e contribui para a formação de cidadãos conscientes e preparados para lidar com as complexidades da sexualidade (Batista *et al.*, 2021).

Portanto, o engajamento da comunidade escolar e das famílias não deve ser visto apenas como um complemento às ações da escola, mas como um componente central para o sucesso e a continuidade das políticas públicas, como o Programa Saúde na Escola (PSE). Essa participação conjunta amplia as possibilidades de transformação social e educativa, promovendo um ambiente mais saudável, inclusivo e dialogante para os estudantes (Cord *et al.*, 2015).

Para que a educação sexual se torne mais presente, consistente e transversal nas escolas públicas brasileiras, é fundamental o aprimoramento das políticas públicas e das ações de saúde no ambiente escolar, como aquelas previstas pelo Programa Saúde na Escola (PSE).

A continuidade das iniciativas é imprescindível para garantir que a educação sexual não seja tratada como uma ação pontual, mas sim integrada ao currículo e à rotina escolar, favorecendo um processo educativo permanente e progressivo. Além disso, o financiamento adequado e a destinação de recursos específicos são necessários para capacitação dos profissionais (Guimarães *et al.*, 2025).

Outro aspecto essencial é o estabelecimento de mecanismos eficazes de monitoramento e avaliação, que permitam acompanhar os resultados das ações implementadas, identificar dificuldades e aprimorar as estratégias. A participação da comunidade escolar, dos estudantes, das famílias e dos profissionais é crucial nesse processo, garantindo que as políticas atendam às demandas reais e respeitem as diversidades culturais e sociais presentes nas diferentes regiões do país (Gonçalves; Ferreira, Rossi, 2023).

Por fim, o fortalecimento da articulação entre os setores da saúde e da educação, com uma abordagem interdisciplinar e colaborativa, deve ser prioridade para ampliar o impacto das ações e promover uma educação sexual baseada em direitos, inclusão e empoderamento. Somente com esses cuidados será possível construir um ambiente escolar que contribua efetivamente para a formação integral, consciente e saudável dos estudantes (Guimarães, 2025; Miranda; Campos, 2022).

CONCLUSÃO

A educação sexual no Ensino Fundamental, quando articulada com ações de saúde no ambiente escolar, especialmente por meio do Programa Saúde na Escola (PSE), revela-se uma estratégia essencial para a formação integral dos estudantes. Ela vai muito além da simples

transmissão de informações sobre prevenção, promovendo o desenvolvimento físico, emocional, social e intelectual dos alunos, com respeito à diversidade e aos direitos humanos.

A integração entre os setores da saúde e da educação possibilita um olhar mais abrangente e humanizado sobre a sexualidade, transformando a escola em um espaço seguro de diálogo, aprendizado e empoderamento. Para que essas ações sejam efetivas, é fundamental investir na capacitação contínua dos profissionais, fortalecer a atuação interdisciplinar e garantir o apoio da comunidade escolar e das famílias, construindo uma rede coletiva de cuidado e proteção.

É imprescindível que as políticas públicas de educação sexual sejam contínuas, financiadas, monitoradas e avaliadas, assegurando a transversalidade e a consistência do tema no cotidiano escolar. Somente assim será possível enfrentar as resistências culturais, os tabus e as desigualdades, contribuindo para a construção de ambientes escolares mais inclusivos, saudáveis e transformadores.

Em suma, a educação sexual no Ensino Fundamental, respaldada por ações integradas de saúde, constitui um caminho promissor para formar jovens conscientes, autônomos e preparados para exercer seus direitos, construir relações respeitadas e viver sua sexualidade de maneira plena e segura.

Contribuições dos Autores: Guimarães, M. H. D.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; Coutinho, D. J. G.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual. Os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

Aprovação Ética: Não aplicável.

Agradecimentos: Não aplicável.

REFERÊNCIAS

- Batista, M. H. J., Pinto, F. K. S., Silva, J. G. S., Ferreira, J. E., Veloso, M. Q., Rocha, M. A., ... & Barbosa, I. C. (2021). Atuação do enfermeiro na educação sexual na adolescência no contexto escolar. *Brazilian Journal of Development*, 7(1), 4819-4832. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n1-327>.
- Cord, D., Gesser, M., Nunes, A. D. S. B., & Storti, M. M. T. (2015). As significações de profissionais que atuam no Programa Saúde na Escola (PSE) acerca das dificuldades de aprendizagem: patologização e medicalização do fracasso escolar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(1), 40-53. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000952013>.
- Correa, J. P. C., da Silva Telles, R. C., Guimarães, M. H. D., Gomes, D. M., Fonseca, I. C. M., Ferreira, W. D. L. S., ... & Guimarães, A. L. A. (2025). Indicadores de Qualidade no Sistema Único de Saúde: abordagens para Avaliação da Eficiência e Eficácia dos serviços prestados. *INTERFERENCE: A JOURNAL OF AUDIO CULTURE*, 11(2), 2130-2140. <https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p2130-2140>.
- da Silva, A. B., da Silva, F. M., Alves, A. C., Guimarães, M. H. D., de Oliveira Carvalho, H., de Moura Filho, H. F., ... & Costa, S. C. F. (2024). SAÚDE MENTAL NA COMUNIDADE: A IMPORTÂNCIA DO CUIDADO INTEGRADO. *ARACÊ*, 6(3), 9142-9149. <https://doi.org/10.56238/arev6n3-285>.
- Dias, A. F., de Oliveira, D. A., & de Santana Santos, M. (2018). Uma revisão sistematizada da produção do conhecimento sobre corpo, gênero, sexualidades na educação. *Universidade Federal da Paraíba. Revista Temas em Educação*, 27(2), 119. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-7003.2018v27n2.24814>.
- Dos Santos Filho, M. B., Lopatiuk, C. E., de Moraes, A. G. F., Guimarães, M. H. D., da Cruz Freitas, B. P., Gessolo, J. P. S., ... & Alves, V. M. (2025). Acolhimento E Cuidados Em Saúde Mental Na Atenção Primária: Impactos No Sistema De Saúde. *Cognitus Interdisciplinary Journal*, 2(1), 207-216. <https://doi.org/10.71248/txx88107>.
- Duarte, F. F., da Costa Fernandes, L. P., de Azevedo Ramos, T., Cruz, A. R. S., Carneiro, L. X., Bezerra, J. J., ... & Sides, M. K. (2025). INOVAÇÃO SOCIAL E SAÚDE COLETIVA: ESTRATÉGIAS COLABORATIVAS PARA O BEM-ESTAR POPULACIONAL. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 11(7), 3013-3021. <https://doi.org/10.51891/rease.v11i7.20451>.

- Furlanetto, M. F., Lauermann, F., Costa, C. B. D., & Marin, A. H. (2018). Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. *Cadernos de pesquisa*, 48, 550-571. <https://doi.org/10.1590/198053145084>.
- Gonçalves, P. D. S., Ferreira, S. C., & Rossi, T. R. A. (2023). Uma análise do processo de trabalho dos profissionais da saúde e educação no PSE. *Saúde em Debate*, 46, 87-102. <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E306>.
- Guimarães, L. D., Teles, P. S., & Menezes, J. A. S. (2024). A inclusão de pessoas com deficiência nas aulas de Educação Física em escolas de Aracaju/SE: desafios e possibilidades. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 17(36), e22163-e22163. <https://doi.org/10.20952/revtee.v17i36.22163>.
- Guimarães, M. H. D. (2025). SAÚDE PÚBLICA E SAÚDE COLETIVA: CONCEITOS E IMPACTOS NA SOCIEDADE. *Revista Saúde Dos Vales*, 8(1), 1-15. <https://doi.org/10.61164/rsv.v8i1.4230>.
- Guimarães, M. H. D., Balbinot, T. C., Santiago, Á. S., Maior, F. F. S., Matos, T. P., Roldi, A. C., ... & Silva, R. K. P. (2025). Gestão Participativa na Saúde Coletiva: Caminhos para a Efetivação de Políticas Públicas Locais. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, 7(2), 1495-1503. <http://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n2p1495-1503>.
- Guimarães, M. H. D., da Costa Fernandes, L. P., Bezerra, J. J., Ribeiro, R. C., do Nascimento, P. M., Ferreira, B. R., ... & Batista, N. R. (2025). INDICADORES DE SAÚDE COLETIVA: FERRAMENTAS PARA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. *ARACÊ*, 7(7), 36607-36616. <https://doi.org/10.56238/arev7n7-083>.
- Guimarães, M. H. D., Messias, A. T., Amâncio, L. C., Sampaio, J. G. A., Roldi, A. C., Braga, N. N. G., ... & Schmitz, R. S. (2025). Promoção da saúde e prevenção de doenças no contexto da saúde coletiva: estratégias integradas para a sustentabilidade dos sistemas de saúde. *Revista CPAQV-Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida, [S. l.]*, 17(2), 7. <https://doi.org/10.36692/V17N2-59R>.
- Jesus, E. S. de, Freire, A. V. de J., Costa, J. da S., Guimarães, M. H. D., Colares, T. G. B., Freitas, J. S., Sousa, E. J. A. de L., Silva, B. Z., Rocha, E. da S., Guerreiro, M. do C., & Lopatiuk, C. (2025). Atenção integral à mulher vítima de abuso sexual: Da emergência ao acompanhamento multiprofissional. *Ciências Sociais Aplicadas*, 29(147), *Revista ft Ltda*. <http://doi.org/10.69849/revistaft/cl10202506301802>.
- Lopez, A. S. Q., Lopatiuk, C. E., Lazzari, F. D., Rodrigues, K. J. S., Guimarães, M. H. D., Lima, A. B., ... & Figueiredo, F. J. B. (2025). Atenção primária à saúde e assistência às doenças crônicas da população negra. *LUMEN ET VIRTUS*, 16(46), 2540-2552. <https://doi.org/10.56238/levv16n46-065>.
- Miranda, J. C., & do Couto Campos, I. (2022). Educação sexual nas escolas: uma necessidade urgente. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 12(34), 108-126. <https://doi.org/10.5281/zenodo.7151234>.
- Patrocino, L. B., Santos, M. C. S., Tenuta, N., Costa, G. A. S., & Bevilacqua, P. D. (2023). Nudes e vazamentos: qual o lugar do pse na promoção da saúde sexual e prevenção a violências?. *Revista Docência e Cibercultura*, 7(1), 01-15. <https://doi.org/10.12957/redoc.2023.69422>.
- Rios, M. O., Santana, C. C., de Almeida Pereira, S. C., de Souza Brito, A. O., Souza, L. V., & Leal, L. R. (2023). O programa saúde na escola como ferramenta para a construção da educação sexual na adolescência: um relato de experiência. *Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR*, 27(5), 2354-2369. <https://doi.org/10.25110/arqsaude.v27i5.2023-015>.
- Roriz, F. A. S., Vieira, N. C. B., Duarte, F. F., Biscaia, I. F. B., de Souza, M. M., de Sena, K. G. S., ... & Meneses, H. F. P. (2025). A saúde coletiva no cotidiano da atenção básica: práticas, saberes e desafios. *ARACÊ*, 7(6), 31036-31046. <https://doi.org/10.56238/arev7n6-114>.
- Santiago, E. K. S., Vidal, G., da Costa, A. E. P., Schultz, A. P., de Lima Magalhães, C. B., Lopez, A. S. Q., ... & de Jesus Farias, S. M. (2025). Educação permanente em saúde como estratégia para profissionais na assistência integral à saúde do adulto em comunidades vulneráveis. *LUMEN ET VIRTUS*, 16(52), e7830-e7830. <https://doi.org/10.56238/levv16n52-008>.
- Sfair, S. C., Bittar, M., & Lopes, R. E. (2015). Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais. *Saúde e Sociedade*, 24, 620-632. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000200018>.
- Vieira, P. M., Matsukura, T. S., & Vieira, C. M. (2017). Políticas públicas e educação sexual: percepções de profissionais da saúde e da educação. *INTERthesis, Revista Internacional Interdisciplinar*, 14(3), 69-87. <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2017v14n3p69>.

Recebido: 3 de julho de 2025 | **Aceito:** 2 de setembro de 2025 | **Publicado:** 11 de outubro de 2025



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.